



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
2ª VARA DO TRABALHO DE VARGINHA – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
LEONARDO TOLEDO DE RESENDE**



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 10.770, de 21-11-2003**

**Data da instalação: 2-9-2005**

**Data de implantação do PJe: 28-7-2014**

**Jurisdição:** Varginha, Boa Esperança, Coqueiral, Elói Mendes, Ilícinea, Santana da Vargem, São Gonçalo do Sapucaí e Três Pontas.

**Edital de Correição divulgado no DEJT em 17-11-2020, p. 1.**



### ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 17-9-2019

Às 8 horas do dia vinte e quatro de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 2ª Vara do Trabalho de Varginha, situada na Princesa do Sul, 620, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Leonardo Toledo de Resende**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Juliano Fernandes Mosti; os servidores Cristiane Fernandes de Almeida Caiafa, Flávia Figueiredo Maia Comunian, Karina Tonolli, Marcos Augusto Bellato de Paiva, Regiane Aparecida Caliani Diniz, Robson Ferreira da Silva, Sílvio Carlos da Cunha Neto, Valéria Araújo Camargos, Wanderli Ferreira Valério; a estagiário Sarah Ferraz Pereira. Ausente a servidora Andréa de Carvalho Lott Martins, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

#### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 810 processos, distribuídos neste ano até o dia 13-11-2020, apurando-se a média de 4 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 63 cartas precatórias, dentre elas 22 executórias, até o dia 13-11-2020, das quais 40 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

**1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 344 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 127 processos foram remetidos neste ano até o dia 13-11-2020.

**1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 14 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.



**1.5. CARGA PARA PERITOS** – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 44 processos com perícia designada.

**1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constatam 635 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 32 pendentes de cumprimento, no prazo.

**1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 6 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 1 processo sobrestado já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF, a saber:

0010489-26.2017.5.03.0153 – Tema 131: Despedida imotivada de empregados de Empresa Pública. (Mérito julgado 20/03/2013).

Processos examinados na correição:

0011511/17, 0011336/17: ADC 48 – Arts. 1º, caput, 2º, §§ 1º e 2º, 4º, §§ 1º e 2º, e 5º, caput, da Lei 11.442/2007. Transporte Rodoviário de Cargas. Terceirização da atividade-fim (Trânsito em julgado 27/10/2020).

Tese firmada: “1 – A Lei nº 11.442/2007 é constitucional, uma vez que a Constituição não veda a terceirização, de atividade-meio ou fim. 2 – O prazo prescricional estabelecido no art. 18 da Lei nº 11.442/2007 é válido porque não se trata de créditos resultantes de relação de trabalho, mas de relação comercial, não incidindo na hipótese o art. 7º, XXIX, CF. 3 – Uma vez preenchidos os requisitos dispostos na Lei nº 11.442/2007, estará configurada a relação comercial de natureza civil e afastada a configuração de vínculo trabalhista”.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau ([http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\\_1%C2%BA\\_Grau](http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau)).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link [https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\\_NUGEP.pdf](https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf)

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

**1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).



Vara do Trabalho	Varginha - 02a Vara					
	Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)		22,32	27,97	16,82	18,08	30,32

### 1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

#### FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 13-11-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	44
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	239
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	23

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	40
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.



Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	2	4
2017	3	3
2018	1	2
2019	37	1
2020 – ano de referência	263	
<b>TOTAL</b>	<b>306</b>	<b>0,18</b>

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de novembro até o dia 13-11):

Processo	Classe	Tarefa
0010503-44.2016.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011192-88.2016.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010219-02.2017.5.03.0153	Ação Civil Coletiva	Aguardando final do sobrestamento
0011336-28.2017.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011511-22.2017.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011180-06.2018.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010284-26.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010377-86.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010440-14.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010557-05.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença



0010659-27.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010736-36.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0010962-41.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0010974-55.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0011037-80.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011039-50.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0011041-20.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0011042-05.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0011043-87.2019.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (102): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	356
FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	100
FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	14



Processos pendentes de baixa – 803  
fase de execução (item 90383)

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	23

**1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Varginha - 02ª Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	77,82	77,28	50,16	55,72	66,19

Existem 1.059 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 844 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- 187 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 28 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.



Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 13-11-2020.

No ano 2019, até o dia 13-11 havia 1.153 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 852 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 268 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 33 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 13-11):

Processo	Classe	Tarefa
0023400-51.2009.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação Publicada
0000165-84.2011.5.03.0153	Execução Fiscal	Conclusos Para Despacho
0019300-92.2005.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	
		Processo Requisitado Ao Arquivo
0084500-46.2005.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	
		Processo Requisitado Ao Arquivo
0085400-29.2005.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Parte Incluída No Cadastro De Devedores
0137400-06.2005.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Requisitado Ao Arquivo
0007200-08.2005.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Requisitado Ao Arquivo
0000758-50.2010.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0001062-49.2010.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0000995-50.2011.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0000195-22.2011.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação Publicada
0000957-38.2011.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito	Intimação Publicada



	Ordinário	
0000424-45.2012.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Despacho
0000542-84.2013.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Final Do Sobrestamento
0001098-86.2013.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Final Do Sobrestamento
0001028-69.2013.5.03.0153	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Final Do Sobrestamento

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 13-11):

Decisões na execução	2019	2020
01-JANEIRO	49	156
02-FEVEREIRO	29	154
03-MARÇO	26	238
04-ABRIL	11	16
05-MAIO	19	44
06-JUNHO	33	30
07-JULHO	59	23
08-AGOSTO	180	32
09-SETEMBRO	136	89
10-OUTUBRO	67	64
11-NOVEMBRO	36	20
<b>Totais</b>	<b>645</b>	<b>866</b>

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
	8	5	2	4	4	4	1		3	4	1
<b>HENOC PIVA</b>							1		1		
<b>LEONARDO TOLEDO DE RESENDE</b>	147	146	236	12	40	26	21	32	85	6	
<b>ROSERIO FIRMO</b>	1	3								54	19



Totais	156	154	238	16	44	30	23	32	89	64	20
--------	-----	-----	-----	----	----	----	----	----	----	----	----

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de novembro até o dia 13-11):

Alvarás	2019	2020
01-JANEIRO	14	25
02-FEVEREIRO	28	46
03-MARÇO	36	71
04-ABRIL	41	23
05-MAIO	24	37
06-JUNHO	29	71
07-JULHO	55	69
08-AGOSTO	52	65
09-SETEMBRO	39	54
10-OUTUBRO	33	83
11-NOVEMBRO	32	60
<b>Totais</b>	<b>383</b>	<b>604</b>

**1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 13-11-2020, existem 55 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	18
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	28
Tutelas Provisórias Pendentes	9
<b>Total</b>	<b>55</b>

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e



recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 24-11-2020 havia 7 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 1 processo;
- b) **procedimento ordinário:** 3 processos;
- c) **instrução:** 3 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010834/20, 0010836/20, 0010838/20, 0010827/20, 0010616/20, 0011233/19, 0011180/18.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 22-11-2020, 57 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 24 processos.

Exame dos autos dos processos 0010829/20, 0010473/20, 0010785/20, 0010774/20, 0010608/20, 0010669/20, 0010846/20, 0010837/20, 0010828/20, 0010901/20, 0011511/17, 0011336/17, 0010704/20, 0010747/20, 0010736/20, 0010658/20, 0010648/20, 0010623/20, 0010482/20, 0010814/20, 0010775/20, 0011095/19, 0010701/20, 0010809/20, 0010795/20, 0010824/19, 0010823/20, 0010599/20, 0010447/20, 0010373/20, 0010360/20, 0010464/20, 0010332/20, 0010646/20, 0010430/20, 0010568/20, 0010659/20, 0010187/20, 0010941/19, 0010874/19, 0010911/19, 0011057/19, 0010940/19, 0011227/19, 0010298/20, 0011294/19, 0010030/20, 0010120/19, 0010428/17, 0010436/15, 0010510/18, 0010687/17, 0010709/20, 0010564/20, 0010729/20, 0010728/20, 0010674/20, 0010715/20, 0010798/20, 0010796/20, 0010787/20, 0010754/20, 0010746/17, 0010657/18, 0011030/18, 0010879/17, 0010313/17, 0010610/19, 0011171/19, 0011279/19, 0011311/19, 0010017/19, 0010787/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011057/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 0d9e4ed (mais de 10 dias);
- 0010940/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id f179542 (mais de 10 dias);
- 0010298/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 73152b8 (mais de 20 dias).



Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010627-90.2017.5.03.0153	Aguardando apreciação pela instância superior
0010665-05.2017.5.03.0153	Aguardando apreciação pela instância superior
0010836-59.2017.5.03.0153	Aguardando apreciação pela instância superior
0011511-56.2016.5.03.0153	Aguardando apreciação pela instância superior

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010219-02.2017.5.03.0153	Aguardando final do sobrestamento
0010467-60.2020.5.03.0153	Aguardando prazo

### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

#### Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	30	29	40
Instrução processo eletrônico	87	58	82

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão

#### Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	14	11	15/12/2020 – 14 dias
Procedimento Ordinário	21	12	16/12/2020 – 16 dias
Instrução	193	35	03/05/2021 – 85 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 13-11-2020).



1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	683	85

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	266	71

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	5	2.105
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	320	702
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a	16	709



data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)		
---	--	--

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2019	Média/dia útil
Julgados Procedentes	20	0,088
Julgados procedentes em parte	261	1,15
Julgados Improcedentes	79	0,348
Extintos com resolução de mérito	3	0,013
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com resolução de mérito</b>	<b>363</b>	<b>1,599</b>
Extintos sem resolução de mérito	27	0,119
Arquivamento	87	0,383
Desistência	52	0,229
Outras decisões sem resolução de mérito	27	0,119
<b>Total sem resolução de mérito</b>	<b>193</b>	<b>0,85</b>
Decisões de conhecimento	556	2,449
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	137	0,604
Decisões na fase de execução	58	0,256
<b>Total</b>	<b>751</b>	<b>3,308</b>



No ano atual, apurou-se que, até o dia 13/11/2020, com 201 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	12	0,06
Julgados procedentes em parte	189	0,9
Julgados improcedentes	36	0,1
Extintos com resolução de mérito	1	0,005
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>238</b>	<b>1,1</b>
Extintos sem resolução de mérito	18	0,09
Arquivamento	36	0,1
Desistência	28	0,1
Outras decisões sem resolução de mérito	26	0,1
<b>Total sem resolução de mérito</b>	<b>108</b>	<b>0,5</b>
Decisões de conhecimento	346	1,7
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	98	0,4
Decisões na fase de execução	73	0,3
<b>Total</b>	<b>517</b>	<b>2,5</b>

#### 4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em outubro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	0	0
Conciliação em execução	3	0,15
*Encerramento de instrução	0	0
Inicial /Inicial (rito sumaríssimo)	21	1,05
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	2	0,1



<b>Instrução /Instrução (rito sumaríssimo)</b>	34	1,7
<b>Una /Una (rito sumaríssimo)</b>	43	2,15
<b>Total</b>	103	5,15

\* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 35 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de novembro 2020 apurado até dia 16-11:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	26	29	3	7	2	
02-FEVEREIRO	65	61	8	2		3
03-MARÇO	34	31	5	1		1
04-ABRIL	60	7	15	1	1	
05-MAIO	60	27	2	1	2	1
06-JUNHO	46	40	5	3	3	3
07-JULHO	71	48	16	6	3	6
08-AGOSTO	58	45	9	6	5	2
09-SETEMBRO	59	32	4	4		1
10-OUTUBRO	57	35	9	8	4	3
11-NOVEMBRO	69	13	7	3	3	
<b>Totais</b>	605	368	83	42	23	20

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
	3										
<b>FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA</b>							1				
<b>LEONARDO TOLEDO DE RESENDE</b>	33	66	33	8	29	46	59	53	37	6	
<b>ROSERIO FIRMO</b>										40	16
<b>Totais</b>	36	66	33	8	29	46	60	53	37	46	16



Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 13-11):

Audiências	2019	2020
01-JANEIRO	76	71
02-FEVEREIRO	159	131
03-MARÇO	124	66
04-ABRIL	121	
05-MAIO	167	92
06-JUNHO	167	150
07-JULHO	188	207
08-AGOSTO	148	136
09-SETEMBRO	167	172
10-OUTUBRO	173	103
11-NOVEMBRO	134	54
<b>Totais</b>	<b>1624</b>	<b>1182</b>

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA						1				
LEONARDO TOLEDO DE RESENDE	71	131	66	92	150	206	136	172	12	
ROSERIO FIRMO									91	54
<b>Totais</b>	<b>71</b>	<b>131</b>	<b>66</b>	<b>92</b>	<b>150</b>	<b>207</b>	<b>136</b>	<b>172</b>	<b>103</b>	<b>54</b>

Foram realizadas 83 audiências de 1-11-2020 até o dia 22-11-2020 e designadas 30 de 23-11-2020 até do dia 30-11-2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão:(mês de novembro 2020 apurado até dia 13-11):

Sentenças	2019	2020
01-JANEIRO	37	66
02-FEVEREIRO	129	95



03-MARÇO	69	73
04-ABRIL	118	15
05-MAIO	106	51
06-JUNHO	96	60
07-JULHO	107	73
08-AGOSTO	99	77
09-SETEMBRO	115	82
10-OUTUBRO	104	84
11-NOVEMBRO	123	28
<b>Totais</b>	<b>1103</b>	<b>704</b>

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
<b>LEONARDO TOLEDO DE RESENDE</b>	66	95	73	15	51	60	73	77	82	25	
<b>ROSERIO FIRMO</b>										59	28
<b>Totais</b>	66	95	73	15	51	60	73	77	82	84	28

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de novembro 2020 apurado até dia 13-11):

<b>Despachos</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
01-JANEIRO	749	910
02-FEVEREIRO	1159	1036
03-MARÇO	798	1079
04-ABRIL	1021	502
05-MAIO	1026	1048
06-JUNHO	717	1033
07-JULHO	1331	1105
08-AGOSTO	1847	1128
09-SETEMBRO	1577	1114
10-OUTUBRO	1264	1129
11-NOVEMBRO	1365	550
<b>Totais</b>	<b>12854</b>	<b>10634</b>



Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas segunda-feira, terça-feira e quinta-feira, a partir das 8h30min e/ou 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 15 minutos para as de procedimento ordinário e de 60 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19. II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

#### 5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

<b>Movimentação Anual de Processos</b>			
	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020 até 13-11</b>
Processos recebidos	1.132	1.212	810
Média por dia útil	5	5,3	4
Processos remanescentes do ano anterior	395	179	320
Sentenças anuladas	6	7	6
<b>Total de processos para solução</b>	<b>1.533</b>	<b>1.398</b>	<b>1.136</b>
Processos solucionados	1.356	1.199	704
Processos conciliados	683	643	358
Produção	88,45%	85,76%	61,97%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 7,06% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve uma diminuição de 2,69%.



**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST)** – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

**MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	358
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	704

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	704
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	816

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	346
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	793

**MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO:** (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.



Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	356
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	686

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	817
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	336

**MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 6-11-2020)**

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	686
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	336
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	8

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	356
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	817
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores	8



requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)

Perfil da Vara do Trabalho		Varginha - 02ª Vara			
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020	2º trim 2020	3º trim 2020	
		01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020	01/10/2019 a 30/09/2020	
I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,08	0,40	0,21	0,21	
I02 - Pendentes	1.143	1.172	1.250	1.288	
I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	
I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	62,45	60,62	62,10	70,24	
I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	57,37	58,63	62,50	64,40	
I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.229,78	1.980,20	1.904,39	1.130,11	
I07 - Taxa de conciliação (%)	51,82	53,13	54,49	53,01	
I08 - Taxa de solução (%)	98,38	98,52	86,98	87,98	
I13 - Taxa de execução (%)	217,24	327,78	365,77	227,47	



	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	18,43	18,64	25,94	30,32
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	55,63	56,14	56,23	66,19
	I11 - Produtividade por servidor	219,50	197,89	177,78	162,88
	I12 - Pendentes por servidor	129,63	118,78	126,11	151,38
<b>Meso</b>	Acervo	0,15	0,20	0,18	0,20
	Celeridade	0,26	0,24	0,24	0,20
	Produtividade	0,50	0,46	0,47	0,50
	Congestionamento processual	0,41	0,40	0,43	0,51
	Força de trabalho	0,37	0,40	0,42	0,44
<b>Macro</b>	<b>IGEST</b>	<b>0,3385</b>	<b>0,3400</b>	<b>0,3496</b>	<b>0,3703</b>
	Posição IGEST	22	22	30	46
	Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

## 6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.272.072,38	R\$189.533,41

**7. PORTARIAS** – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 6/2006, que trata das intimações à PGF-INSS; 1/2011, que enumera os atos ordinatórios nos termos do parágrafo 4o, do art. 203, do CPC; 1/2008, tratando da anotação de CTPS pela Secretaria da Vara e a 1/2014, vedando a prestação de informações por telefone.

**8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.



**9. DA SECRETARIA** – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 3 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

#### **10. Gestão Estratégica**

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

**Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT:** Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,76% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 82,31%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,65%.

**Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT:** Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,70%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT:** Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual



de 121,98% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 59,97% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,21%.

**Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT:** Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 112,80%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 101,77% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,75%.

**Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT:** Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 5 CSJT:** Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 62 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 37,62%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.



No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o tempo médio alcançado foi de 84,4 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,67 dias.

**11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

**12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

### **12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:**

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

### **13. RECOMENDAÇÕES:**

#### **13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

#### **13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:**

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre



sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

4) inseridos na pauta os 3 processos sobrestados já julgados pelo STF com incidentes de Repercussão Geral, discriminados no item 1.7 desta Ata, e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

7) reduzida a quantidade de processos na fase execução, tendo em vista o aumento do número de processos no ano de 2020 em relação ao mesmo período do ano 2019, conforme o item 1.10 da ata;

8) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

9) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

10) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3a Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

11) envidados esforços para o cumprimento da Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, tendo em vista que esta não foi atingida no ano 2019;



12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. [https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\\_internet/aceso-restrito/](https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/) (extratos da caixa econômica federal) e [https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?](https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335) (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

14) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

15) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### **13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:**

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão



institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h15min do dia vinte e quatro de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 194/2020, publicado no DJe 17-11-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

  
Ana Maria Amorim Rebouças

Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO  
DE OLIVEIRA  
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por  
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA  
JUNIOR:30831138  
Data: 2020.11.24 13:27:56 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior  
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria